Macri no banco dos réus

Por: Guillermo Alvarado

O governo da Argentina se somou como querelante a um juízo pleiteado contra o ex-presidente Maurício Macri e vários funcionários de seu governo indiciados por trapacearem empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional FMI em 2018, a esse país.

Como se sabe, naquele ano, a instituição financeira dirigida então pela francesa Christine Lagarde fechou acordo com o governo de Macri por algo mais de 56 bilhões de dólares que seriam destinados supostamente para capitalizar a arruinada economia nacional.

De maio de 2018 a outubro de 2019, o FMI entregou, em total, 44,5 bilhões de dólares, que, ao invés de terem sido investidos no aparato produtivo, propiciaram junto com as reservas do país uma evasão de capitais de 45 bilhões de dólares que favoreceu pessoas físicas e jurídicas.

Suspeita-se que o ex-presidente e seus ministros da Fazenda, Nicolás Dujovne, de Finanças, Luis Caputo, e os antigos ministros do Banco Central, Adolfo Struzenegger e Guido Sandleris entregaram informação privilegiada a parentes e amigos para tirar esse dinheiro do país.

Agora, todo o povo argentino deve pagar essa dívida que não lhe trouxe nenhum benefício, só fez mais ricos os ricos.

O Departamento Anticorrupção encaminhou em março passado uma denúncia por “defraudação, administração infiel agravada e malversação de bens públicos” contra Macri e seus funcionários, a que se somou o executivo.

O governo de Alberto Fernández está negociando com o FMII novas e melhores condições para o cumprimento dessas obrigações, que constituem um compromisso iniludível do Estado.

Para que façam ideia da gravidade do assunto, em setembro deste ano vence um pagamento de 1,835 bilhões de dólares; em 2022 a Argentina deve pagar outros 17,346 bilhões e no ano seguinte, 18,395 bilhões, mais os juros acumulados nesse período de tempo.

Argentina queria acertar um acordo em maio, mas a diretora do FMI, Kristalina Georgieva disse que talvez tal acordo só seja viável em outubro.

É bom assinalar que o FMI também realiza uma investigação interna, porquanto nas negociações do crédito e também na entrega parcial do dinheiro se cometeram várias irregularidades.

De qualquer maneira, o fisco argentino terá de usar fundos públicos, ou seja, os impostos que as pessoas pagam para solver um compromisso trapaceiro de um governo que se dedicou a favorecer os poderosos, entre eles a própria família de Macri.

---

https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/253784-macri-no-banco-dos-reus

Radio Habana Cuba